

# MP-SP nega recursos de Albino e investigação segue

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI  
bmangieri@jj.com.br

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) negou o recurso apresentado pela defesa do vereador Antonio Carlos Albino (PSB), que responde inquérito civil por improbidade administrativa.

A ação está relacionada a uma declaração de patrimônio apresentada em outubro de 2016 à Justiça Eleitoral diferente da apresentada à Câmara de Jundiaí, quando assumiu a cadeira. Albino declarou à Justiça ter R\$ 1.958.897,75 em bens durante sua campanha eleitoral, valor relacionado a quatro terrenos, três casas, dois prédios, um carro e aplicações financeiras.

Porém, o documento que mostra o patrimônio apresentado na Imprensa Oficial do dia 6 de janeiro de 2017, quando Albino assumiu o mandato de vereador, mostrava a mesma quantidade de bens, mas no valor de R\$ 4,5 milhões, ou seja, mais que o dobro do montante declarado em outubro à Justiça Eleitoral.

O recurso, movido pelo parlamentar no dia 17 de novembro de 2017, foi negado pelo Conselho Superior do



Albino diz que declarações apresentadas divergem pois os valores foram atualizados no segundo demonstrativo

MP-SP em 30 de janeiro de 2018. A assessoria de imprensa da instituição informa que, diante da decisão, o processo volta para a Promotoria de Justiça de Jundiaí, que continua-

rá investigando.

## DEFESA

Procurado pela reportagem, Albino afirmou que o recurso foi movido em cima do

procedimento administrativo, e não do inquérito civil. “Estou me defendendo de boatos”, lamenta o parlamentar. Ele explica, ainda, que a diferença nos valores apresenta-

dos ocorreu depois que o vereador e sua equipe resolveram atualizar os valores dos bens que constam na Imprensa Oficial. “Eu tinha um imóvel comprado em 1997 com um valor que, hoje, é muito maior. Por isso a diferença entre os bens declarados é tão grande”, justifica. “Fizemos a atualização do montante pensando que era o certo a se fazer, mas depois descobrimos que isso não era necessário”.

Ele conta também que retificou seus bens novamente na declaração do Imposto de Renda (IR) de 2018. “Agora o valor vai bater e acredito que vai ficar mais claro para a Justiça”, disse. Albino afirma que ainda não foi informado oficialmente da decisão, mas que sua defesa está pronta. “Assim que formos intimados, vamos apresentar a documentação”. O Ministério Público informou, ainda, que não há prazo para que o processo volte à Promotoria de Jundiaí.

## RANKING

O montante declarado coloca Albino no topo do “ranking de bens” dos políticos jundiaieenses, seguido pelo vereador Wagner Ligabó (PPS), com R\$ 3,5 milhões declarados.